



AS MATRÍCULAS DE ESCRAVOS DA CAPITANIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE: ANÁLISE DOS PLANTÉIS DE CATIVOS DAS FREGUESIAS DE MOSTARDAS, CACHOEIRA E TRIUNFO – DÉCADA DE 1780

Paulo Roberto Staudt Moreira¹
Marcelo Santos Matheus²

Esta comunicação tem por finalidade explorar um tipo de documento até então desconhecido para história – da escravidão, especificamente – da Capitania de São Pedro do Rio Grande: notadamente, referimo-nos às *Relações (ou Listas) de Matrículas de Escravos*, depositadas no Arquivo Nacional. Ao todo são três Listas, datadas dos anos de 1787 e 1788, para as freguesias de São Luís de Mostardas, São Nicolau da Cachoeira e Senhor Bom Jesus do Triunfo, nas quais foram matriculados mais de mil cativos. Neste trabalho, iremos analisar, através da aplicação do método quantitativo, vários elementos presentes nesta fonte, como a quantidade de senhores, as informações sobre sua qualidade e/ou posição social (por exemplo, quantos proprietários com patentes militares, o grau das mesmas, etc.) e a estrutura de posse, buscando verificar as principais tendências e/ou padrões que surgem a partir da utilização do referido método. Contudo, nosso foco principal são as informações referentes aos escravos, como o sexo, naturalidade, nação (no caso dos africanos) e sua idade. Por outro lado, é importante mencionar que talvez o maior potencial dos documentos aqui analisados seja o fato deles informarem o *nome*, tanto dos senhores, quanto dos escravos, o que torna possível, através do cruzamento nominativo com outras fontes (como listas de moradores, registros eclesiásticos, documentação cartorial), baseando-se nos preceitos da micro-história social italiana, apurar estruturas até então invisíveis ao historiador.

Introdução

Os estudos que realizam uma *estrutura de posse escrava*, na busca de verificar o tamanho das escravarias em dado local, bem como as características dos cativos que as compõem, vêm se utilizando de uma série de fontes para tal empreitada. Desde o uso de registros paroquiais – como batismos ou óbitos, passando por fontes cartorárias – caso dos inventários *post-mortem*, até as mais

¹ Professor adjunto da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e coordenador do Programa de Pós-graduação em História. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2.

² Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, bolsista Capes.



apropriadas – como listas nominativas de habitantes ou matrículas de escravos, estas pesquisas têm esmiuçado o perfil dos plantéis e seus escravos em detalhes³.

No geral, a produção destas fontes, tanto na América portuguesa quanto no Império do Brasil, não tiveram certa constância, no que diz respeito a sua produção no tempo, isto é, eram produzidos em certo momento, não sendo repetidos a posteriori, dificultando um estudo diacrônico. Salvo engano, as exceções são os registros de batismos que, apesar de algumas diferenças advindas das idiossincrasias dos padres, tinham uma coesão interna bastante significativa, e as listas nominativas existentes, principalmente, para a Capitania de São Paulo, as quais têm sido bastante exploradas pela historiografia⁴. A documentação aqui analisada tem esta mesma natureza, ou seja, serve pra averiguar alguns elementos referentes aos plantéis e aos cativos que os compunham, todavia, os resultados são o retrato de um determinado momento já que não foram feitos novos levantamentos alguns anos, ou décadas, depois (ou, pelo menos, estes censos ainda não foram encontrados).

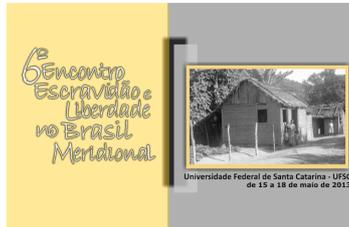
O Rio Grande do Sul, através do porto atlântico de Rio Grande, não se caracterizou pelo recebimento de escravos diretamente do continente africano, mas sim crioulos, africanos boçais e ladinos vindos basicamente de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Para Gabriel Berute, usando a terminologia de Roberto Martins, o Rio Grande do Sul estaria ligado quase que exclusivamente a “terceira perna” do tráfico de escravos: “aquela entre o porto de desembarque na América portuguesa e o destino final no interior do continente”. Para o autor,

parece que a Capitania rio-grandense *dependia do tráfico atlântico para o abastecimento de mão-de-obra*, embora pudesse contar, em alguma medida, com o crescimento natural da sua população escrava, de acordo com o que se constata na análise das características dos escravos existentes nos seus plantéis⁵.

³ Dentre os vários que utilizaram este recurso: COSTA, Iraci Del Nero da. Notas sobre o ciclo de vida e posse de escravos. *História: Questões e Debates*. Curitiba: APAH, 4: 121-127, jun., 1983; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*; GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2008; MARCONDES, Renato Leite. *Diverso e Desigual: o Brasil escravista na década de 1870*. Ribeirão Preto: Funpec, 2010. Para o exemplo de estrutura de posse a partir de registros de batismo e óbitos, ver, respectivamente: FRAGOSO, João. Principais da Terra, Escravos e a República: o desenho da paisagem agrária do Rio de Janeiro Seiscentista. *Revista Ciência & Ambiente: história agrária e ambiental*, Santa Maria, v. 1, n. 1, jul.-dez., 2006, pp. 97-120; ENGEMANN, Carlos, ASSIS, Marcelo de e FLORENTINO, Manolo. Sociabilidade e mortalidade escrava no Rio de Janeiro (1720-1742). In: FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda (orgs.). *Ensaio sobre a Escravidão I*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

⁴ MOTTA, op. cit.; GUEDES, op. cit.; MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

⁵ BERUTE, Gabriel S. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2006, pp. 14-15.



A análise de G. Berute se baseia, principalmente, nas guias referentes à importação de escravos originários das Capitânicas do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Bahia e Pernambuco, entre os anos da “fase de estabilidade do tráfico atlântico (1788-1802)”. Estas guias acompanhavam os cativos que eram transportados para a Capitania sulina, documentos tornados obrigatórios pelo Alvará de 14 de outubro de 1751, que indicava a “preocupação da metrópole lusa em impedir a saída indiscriminada de escravos para domínios estranhos aos de Portugal, o que trazia grandes prejuízos para a Real Fazenda”⁶. Berute demonstra a intenção das autoridades em controlar a entrada e o número de escravos na Capitania, porém a reiteração da ordem de matrícula dos cativos pelos senhores revela como os proprietários locais resistiam a se *dar ao rol*. O Alvará de 14 de outubro de 1751 proibia que se levassem “negros dos portos do mar para terras que não sejam dos domínios portugueses”, e ordenava que

Todas as Justiças dos mesmos lugares da Raia serão obrigadas a mandar todos os anos listas [às] Provedorias da Cidade da Bahia, e do Rio de Janeiro de todos os escravos, que entrarão. *E dos que se acham, e existem neles*, declarando-se os que morreram ou faltaram por causa justa, ou por passarem para terras das Minhas Conquistas⁷.

Em carta de 17 de novembro de 1784, o Desembargador e Provedor da Real Fazenda da capital do Estado, José Gomes de Carvalho, informava que “nunca de lá vieram as Listas que o mesmo Alvará manda todos os anos remeter a esta Provedoria”. Da mesma forma, reclamava que não estava sendo informado a quantidade de “Escravos que entraram nesse Continente, os que morreram, os que passaram a outros Domínios de Sua Majestade e os que existem, para deste modo se poder conhecer quais são os extraviados e se proceder contra os cúmplices deste delito”⁸.

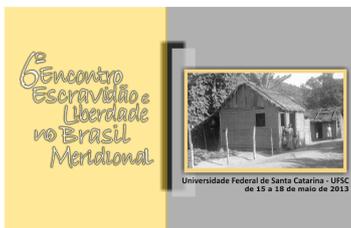
Na portaria de 28 de janeiro de 1785, na qual o provedor da Real Fazenda do Rio Grande, Inácio Osório Vieira, mandou que se registrasse a carta de Gomes de Carvalho, o mesmo lançou um edital dando oito dias para que os moradores da vila de Porto Alegre efetuassem as listas ordenadas. Devido à falta de iniciativa dos moradores de Porto Alegre, em meados de maio de 1788 Inácio Osório Vieira lançou uma nova ordem, dando mais 30 dias para o cumprimento destas determinações, reiterando a ameaça já feita três anos atrás, de degredo para Angola por 10 anos. A este edital, seguiu-se outro, de 1795⁹.

⁶ Ibidem, p. 35.

⁷ Ibidem, p. 37. (grifos nossos)

⁸ Ibidem, p. 42.

⁹ Nas palavras de G. Berute, “em 22 de agosto de 1795, um novo edital, o terceiro tratando do mesmo assunto, informa que, se de alguma maneira o estabelecido no edital foi cumprido nos primeiros momentos, em seguida se retomou o seu



Depois de mencionar mais um edital – lançado no início de fevereiro de 1801, pelo Intendente da Marinha Simeão Estelita Gomes da Fonseca –, Gabriel Berute arremata que:

Podemos concluir que, apesar das reiteradas tentativas das autoridades do governo em controlar a circulação de escravos no extremo-sul da colônia, os alvarás, os editais, as portarias, etc., que tratavam do tema, eram recorrentemente burlados pelos proprietários e comerciantes de escravos. Sendo assim, não nos deve causar surpresa as falhas e lacunas identificadas na documentação conforme indicamos acima. Os editais publicados ao longo de dezesseis anos demonstram as dificuldades do governo metropolitano em fazer valer sua vontade frente aos interesses particulares dos proprietários e comerciantes de escravos no extremo meridional da sua colônia americana. A julgar pelos registros presentes nos despachos e nos passaportes de escravos, o problema permaneceu no período seguinte¹⁰.

Concordamos com o apontado acima por Berute, especialmente quanto à resistência dos moradores sul-rio-grandenses em atenderem as demandas burocráticas da Coroa e seus representantes. Tal dificuldade em se *dar ao rol* entrará no século XIX adiante e evidenciará não só a determinação dos poderes privados em manter a sua autonomia, como a tendência dos poderes públicos em cederem aos seus caprichos. Como destaca Márcia Miranda,

no período colonial, a presença do Estado, através de suas instituições, coloca em evidência o caráter do empreendimento colonial. Por isso, a constituição da administração pública na colônia não pode ser analisada como mera transferência das instituições metropolitanas. O estabelecimento do domínio político e econômico sobre os territórios coloniais, e do Rio Grande do Sul em particular, deu-se através da associação entre os poderes públicos e privados¹¹.

Contudo, algumas listas de matrículas de escravos foram produzidas pelas autoridades. Não sabemos se só os comandantes das três freguesias (São Nicolau da Cachoeira, Senhor Bom Jesus do Triunfo e São Luiz de Mostardas), para as quais encontramos as relações, fizeram listas de escravos, cumprindo o determinado pelo Alvará de 1751 e pelos editais que o seguiram, sendo possível que ainda existam outras no enorme e labiríntico acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro ou espalhadas por outros arquivos.

Estas três relações estão inseridas no Fundo “Série Justiça – Africanos”, tendo, todas, uma grande homogeneidade interna entre si – trazem o nome dos senhores, quantos cativos eles

completo descumprimento por parte dos moradores da Capitania, o que continuava a causar grandes prejuízos a Sua Majestade e a sua Fazenda. Sendo assim, estabelece-se novamente um prazo de um mês para que os moradores dos diferentes distritos compreendidos pela repartição da Vila do Rio Grande e os distritos de Nossa Senhora da Conceição do Estreito efetuassem a matrícula de seus escravos na Escrituração da Real Fazenda. Além disso, deveria ser informado o destino dos escravos que não se encontravam mais na posse destes senhores, demonstrando maior interesse em controlar o extravio e a perda de tão valiosa força de trabalho do que com a cobrança de tributos e direitos da Fazenda Real sobre os escravos que os súditos da Coroa possuísem”. Ibidem, pp. 43-44.

¹⁰ Ibidem, p. 44.

¹¹ MIRANDA, Márcia Eckert. *Continente de São Pedro: Administração Pública no Período Colonial*. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do RS/Ministério Público do RS/CORAG, 2000: p. 19.



possuíam, o nome dos escravos, o sexo e a naturalidade destes, dentre outras informações, permitindo a quantificação de todas estas variáveis conjuntamente¹². Apesar de o seu conteúdo ser praticamente o mesmo, elas foram intituladas da seguinte forma:

- “Relação dos Escravos que se acham matriculados no Livro da Freguesia de São Nicolau da Cachoeira, assinada pelo Capitão Manoel Carvalho da Silva, Comandante dos Distritos da Cachoeira”;
- “Relação dos Escravos que possuem os moradores da Freguesia do Triunfo, e que se acham matriculados desde o ano de 1788. Freguesia do Triunfo. 1º de [janeiro] de 1789, assinado por Manoel Carvalho de Sousa”;
- “Lista dos escravos da Freguesia de São Luiz de Mostardas do ano de 1787, assinada pelo Capitão Comandante Francisco Lopes de Mattos”.

O povoamento e a criação das três freguesias acima ocorreu mais ou menos ao mesmo tempo, decorrente da necessidade da Coroa portuguesa em ocupar efetivamente a fronteira meridional e dos desdobramentos dos Tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777). O povoamento do território de Cachoeira teria começado por volta de 1753, sendo uma capela criada em 1760, tornando-se curada em 1769. A freguesia foi criada pela Provisão de 8 de janeiro de 1777 e provisão eclesiástica de 10 de julho de 1779, com o município sendo criado em 1819. Já a de freguesia de Triunfo foi criada em 1754 (Provisão Eclesiástica de 20 de outubro) e a de Mostardas pelo Alvará de 18 de janeiro de 1773¹³.

O Tratado de Madrid (1750) assumiu como doutrina o *uti possidetis* (“quem usa tem a posse”), reconheceu as possessões portuguesas ocupadas desde 1730 (Rio Grande, os Campos de Viamão e as terras do vale do Jacuí), passou a Colônia de Sacramento para o controle espanhol (além das Ilhas Molucas e das Filipinas) e transferiu a administração das Missões Orientais (Sete Povos) do Uruguai aos portugueses. Segundo o seu artigo XVI:

Das Povoações ou Aldeias, que cede Sua Majestade Católica na margem Oriental do Rio Uruguai, sairão os Missionários com todos os móveis e efeitos, levando consigo os Índios para os aldear em outras terras de Espanha; e os referidos Índios poderão levar também todos os seus bens móveis e semoventes, e as Armas, Pólvora e Munições que tiverem; em cuja forma se entregarão as Povoações á Coroa de Portugal com todas as suas Casas, Igrejas e Edifícios, e a propriedade e posse do Terreno¹⁴.

¹² Série Justiça – Africanos. Código do Fundo “AM”, Seção de guarda “CODES”, notação “IJ6”, maço 934. “Relações dos Escravos das freguesias de São Nicolau da Cachoeira, Triunfo (1788/1789) e Mostardas (1787)”. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

¹³ FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João B. S. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Globo, 196, pp. 177 e 442.

¹⁴ CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul – Período Colonial*. 2ª edição, São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1979, p. 141.



Duas partidas trataram da demarcação do que foi decidido pelo Tratado de 1750: a portuguesa liderada pelo governador da Repartição do Sul (Gomes Freire de Andrade) e a espanhola pelo Marques de Valdelírios. No mesmo ano – 1750 – faleceu o rei português D. João V (que era secretariado por Alexandre de Gusmão) e assumiu D. José I (secretariado pelo Marques de Pombal). A ocupação portuguesa oficial do Continente de São Pedro, que se inicia oficialmente em 1737, praticamente coincide com a administração de Pombal (1750-1777¹⁵), quando ocorre uma “progressiva racionalização e centralização dos órgãos estatais e pelo crescimento da ação fiscalista do Estado”¹⁶.

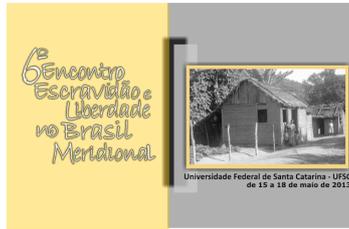
Gomes Freire de Andrade distribuiu sesmarias e organizou duas fortalezas: uma em Rio Pardo (Jesus-Maria-José) e o Forte de São Gonçalo (no canal por onde vaza na Lagoa dos Patos a Mirim). Pensando na efetivação do Tratado de Madrid, tanto no quesito do *utis possidetis* como na ocupação do território dos Sete Povos, a Coroa Portuguesa estimulou a vinda de casais açorianos. Nos anos de 1748 a 1753 chegaram ao Desterro entre cinco e seis mil pessoas do arquipélago dos Açores, das quais 40% (entre 2 e 2,5 mil, ou 585 casais) vieram para o continente sul-rio-grandense, desembarcando em Rio Grande. Com a Guerra Guaranítica (1754/1756), esses imigrantes foram instalados em Viamão, Porto Alegre, Triunfo, Santo Amaro e Rio Pardo. Todavia, com a anulação do Tratado de Madri, foram praticamente abandonados nos campos de Viamão, baixo Jacuí e arredores de Rio Grande.

O Tratado de Santo Ildefonso (1777) não foi favorável a Coroa Portuguesa: as Missões Orientais e Sacramento ficaram para a Espanha, foi estabelecida uma linha fronteira que partia do arroio Chuí e pelo noroeste pelas cabeceiras dos rios que vão desaguar no Prata e no Uruguai e foram criados os *campos neutrais* (o território entre a Lagoa da Mangueira e a Mirim e a costa marítima ficam despovoadas e desmilitarizadas).

Entretanto, depois da Guerra Guaranítica (1754/1756) e da invasão espanhola (1763/1777) iniciou-se um período de relativa calma, no qual a Coroa Portuguesa pode solidificar sua presença sulina através da concessão de sesmarias, da criação da Feitoria do Linho Cânhamo (1783) e da execução de alguns censos (como as Relações de Moradores, de 1784 e 1797).

¹⁵ Pombal criou o Erário Régio (1761), Junta do Comércio (1755), as companhias de comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) e de Pernambuco e Paraíba (1759). A transferência da sede do Governo Geral do Estado do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro (1763).

¹⁶ MIRANDA, op. cit., p. 21.



Segundo Gabriel Aladrén, “sem a presença contínua da população, sustentada por explorações econômicas viáveis, a soberania sobre as áreas de fronteira jamais seria assegurada”. Neste sentido, o “modelo português”

[...] se baseava na concessão de sesmarias de grandes extensões e na permissividade com as partidas de arreadores que tomavam o gado alçado e o abatiam para a extração de couros. A partir da década de 1780 teve início um processo de estabelecimento de estâncias, com a criação regular do gado. Essas propriedades eram dilatadas, e apesar de empregarem um número pequeno de peões e trabalhadores agrícolas – embora nem tão diminuto como se costuma pensar – incorporavam famílias de agregados, que criavam pequenos rebanhos e também tinham lavouras. A acompanhar o estabelecimento de estâncias, eram fundados povoados, capelas e freguesias que iriam marcar institucionalmente a presença luso-brasileira¹⁷.

* * *

Os aspectos destacados e por nós analisados se dividem em três grupos: primeiro, foram levantadas as informações referentes aos senhores, como o sexo e as distinções indicadas; depois, os dados sobre os escravos, caso do sexo, das idades, origem (se africano ou crioulo) e naturalidade; por fim, realizamos a estrutura de posse propriamente dita. Além disso, foi feito o cruzamento de diferentes informações, como a distribuição dos africanos pelos diferentes tamanhos de plantéis, por exemplo.

Como é um projeto que está em fase inicial, sendo estes os seus primeiros resultados, será possível perceber que o texto está um tanto descritivo e, assim, o debate com a bibliografia especializada (especialmente no que diz respeito à comparação com outros trabalhos) um pouco prejudicado. Todavia, a divulgação e a discussão a partir destes primeiros números levantados são, em nosso entender, importantes para o restante da pesquisa. Finalmente, como não será possível, neste momento, uma análise mais precisa e aprofundada de todo o material produzido, algumas tabelas foram colocadas no final do texto, em forma de anexo.

Características dos senhores e seus escravos na Capitania de São Pedro: as freguesias de Cachoeira, Triunfo e Mostardas

Conforme estudo de Helen Osório, na duas últimas décadas do século XVIII foram produzidos três “Mapas de população” na Capitania de São Pedro do Rio Grande. Mais precisamente, nos anos de 1780, 1791 e 1798 a população cativa representava 28,5%, 28% e 35,9%,

¹⁷ ALADRÉN, Gabriel. *Sem Respeitar Fé nem Tratados: escravidão e guerra na formação histórica da Fronteira Sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, C. 1777 - C. 1835)*. Niterói: PPGH/UFF, 2012, pp. 10-11. (Tese de Doutorado)



respectivamente, sendo, portanto, bastante significativa¹⁸. Provavelmente, para elaboração destes “Mapas”, os recenseadores utilizaram listas produzidas pelos comandantes de cada localidade (ou das localidades que enviaram os dados), listas estas elaboradas em função do Alvará de 1751 e das posteriores portarias que determinavam a matrícula dos cativos.

Somando as três listas encontradas, contabilizamos 1.620 escravos pertencentes a 305 senhores, em uma média de 5,3 escravos por proprietário. Como será possível perceber logo à frente, na estrutura de posse o número de cativos é de 1.631, já que a referência, neste caso, foi o nome do *senhor* e não dos escravos. Como alguns (11 no total, ou menos de 1% de repetidos) destes últimos aparecem pertencendo a dois senhores diferentes, já que foram comercializados e re-matriculados, eles foram contabilizados duas vezes.

Como a documentação está em um estágio, ainda que inicial, de deterioração, há algumas informações que estão, infelizmente, ilegíveis. Além daqueles 11 repetidos mencionados acima, em doze registros consta que o escravo em questão foi vendido, entretanto, o nome do senhor que o comprou está rasgado ou rasurado; já em outros 24 há a informação, apenas, que ele foi “comprado no ano tal”; em alguns outros, somente “vendido a”, com o nome do comprador estando ilegível. Deste modo, é impossível cruzar se este cativo aparece na Lista, mas pertencendo a outro senhor, e, assim, eliminá-lo uma vez para que ele não seja contabilizado novamente. No entanto, mesmo que em todos os casos citados (cerca de 40 registros) o escravo estivesse realmente repetido, este número seria quase que insignificante, ficando na casa dos 3%. Finalmente, várias “notas” existentes ao lado de determinado registro estão completamente ilegíveis.

Feitas estas ressalvas, passemos a parte principal do texto, isto é, o perfil dos plantéis de escravos da Capitania de São Pedro na década de 1780.

¹⁸ Sob o impacto das ideias da Ilustração e da relativa calma atravessada, o Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Souza, no ano de 1785, ordenou que a Provedoria da Fazenda Real elaborasse junto aos Capitães de Distrito, relações de moradores da Capitania. Os Editais, assinados pelo Provedor e Contador da Fazenda Real, Inácio Osório Vieira, tinha o teor seguinte: “Faço saber aos que este meu Edital virem, que a Serviço de Sua Majestade e por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Vice-Rei do estado se faz precisamente saber em primeiro lugar quais e quantos são os moradores desta freguesia, que se empregam principalmente na lavoura ou principalmente na criação de animais; segundo, quais e quantos são os títulos de seus respectivos prédios, ou sejam rústicos ou urbanos, dos quais tem domínio ou posse por data, ocupação, contrato ou qualquer outro gênero de aquisição, qualquer que ela seja.” A autora também consultou a “Documentação avulsa” referente à Capitania de São Pedro existente no Arquivo Ultramarino. OSÓRIO, Helen. Para além das charqueadas: estudo do padrão de posse de escravos no Rio Grande do Sul, segunda metade do século XVIII. *Anais do 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis: 2007, p. 3.



Tabela 1: Sexo e distinção dos senhores

Sexo	Números absolutos	%	Distinções atribuídas
Masculino	276	90,5	14 Capitães, 6 Alferes, 6 Tenentes, 3 Doutores, 1 Furriel, 1 Reverendo-Vigário e 1 Preto-Forro
Feminino	29	9,5	3 Donas
Total	305	100	-

Fonte: Série Justiça – Africanos. Código do Fundo “AM”, Seção de guarda “CODES”, notação “IJ6”, maço 934. “Relações dos Escravos das freguesias de São Nicolau da Cachoeira, Triunfo (1788/1789) e Mostardas (1787)”. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Como vemos acima, não predominam as distinções militares, constando apenas 27 senhores ostentando patentes, o que perfaz quase 10% do total. Isso não quer dizer que estas unidades produtivas não fossem essenciais para a ocupação e proteção do território meridional, mas que a posse destas terras não estava vinculada explicitamente à filiação dos senhores ao esforço militar português. Entretanto, mais à frente veremos que estes poucos senhores-militares detinham os maiores plantéis, estando, desta forma, no topo da elite escravista. Destaque-se que 9,5% dos proprietários de escravos eram mulheres, provavelmente viúvas em decorrência do clima bélico do período.

Tabela 2 – Sexo dos escravos matriculados

Sexo	Números absolutos	%
Masculino	1.026	63,0
Feminino	590	36,5
Sem referência	4	0,5
Total	1.620	100,0

Fonte: Série Justiça – Africanos, op. cit.

Tabela 3 – Idade dos escravos matriculados

Idades	Números absolutos	%
Até 7 anos	340	21
De 8 a 45 anos	1.178	73
Com 46 anos ou mais	84	5
Sem referência	18	1
Total	1.620	100

Fonte: Série Justiça – Africanos, op. cit.



Entre os 1.026 homens arrolados na “Tabela 2”, 787 (já descontados seis repetidos nesta faixa etária) tinham entre 8 e 45 anos, isto é, nada menos do que 76,5% deles estavam em idade produtiva; já entre as mulheres este percentual era de 66% (ou 388, descontadas duas repetidas). Contabilizando os 1.602 escravos cuja descrição traz a idade, temos cerca de 21% de crianças de até 7 anos de idade. Segundo Gabriel Berute, 32% dos escravos importados para a Capitania, entre 1788 e 1802, tinha de 10 a 14 anos, tanto entre africanos ou crioulos. Os senhores sulinos tinham certa preferência por importar *moleques*¹⁹ (ou infantes) para ensiná-los e treiná-los para as cruciais funções de campeiros, isto é, para a lida com o gado. Segundo uma memória escrita por Luiz Beltrão de Gouveia de Almeida, em 1806, “os escravos dos habitantes do Rio Grande são outros tantos cavaleiros: estes colonos vão e compram escravos de mais de dez anos para os ensinarem a passar a vida a cavalo”²⁰.

É pouco provável que estes quase 22% de escravos de até 7 anos tenham sido importados, devendo ser crioulos nativos da própria província sulina, o que indicaria um importante índice de reprodução endógena. Corroborando esta hipótese, como veremos, nada menos do que 73% dos 818 crioulos listados eram provenientes da Capitania.

Tabela 4 – Origem dos escravos matriculados

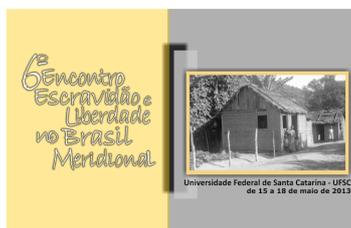
Origem	Nºs absolutos	%
Africanos	795	49
Crioulos	819	50,5
Sem referência	6	0,5
Total	1.620	100

Fonte: Série Justiça – Africanos, op. cit.

Conforme já citamos anteriormente, os poucos estudos sobre o tráfico de escravos para o Rio Grande do Sul apontam que a Capitania não seria abastecida de trabalhadores cativos vindos diretamente da África, mas indiretamente através dos principais portos de desembarque, como Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Portanto, não sabemos se os 49% de africanos indicados na “Tabela 4” são ladinos ou boçais, mas certamente estes números apontam para um elevado grau de

¹⁹ Segundo João José Reis, “denominava-se *moleque* ao negro menino ou adolescente”. Em: REIS, João José. *Domingos Sodré – um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 108.

²⁰ BERUTE, op. cit., p. 64.



africanidade, ainda mais se acrescentarmos os filhos destas vítimas da diáspora transatlântica, muitos dos quais devem estar computados entre os crioulos²¹.

Isto confirma o que alguns estudos vêm apontando acerca da importância do tráfico de escravos africanos para a Capitania em fins do século XVIII e início do século seguinte. Segundo Gabriel Aladrén, nas primeiras décadas do século XIX “o tráfico negreiro era um dos componentes essenciais da estrutura econômica rio-grandense”²².

Tabela 5 – Sexo dos africanos e crioulos matriculados

Sexo	Africanos	Crioulos	Total
Homens	565	456	1.021
%	71	55,5	-
Mulheres	229	360	589
%	28,5	44,0	-
s/r	1	3	4
%	0,5	0,5	-
Total	795	819	1.614 ²³

Fonte: Série Justiça – Africanos, op. cit.

A tabela acima reproduz uma distribuição de gênero típica das sociedades escravistas da América portuguesa, que apresentavam desequilíbrio sexual entre os africanos (71 % de homens e 28,5 % de mulheres,) e equilíbrio entre a população crioula (55% e 44 %, respectivamente). No entanto, não deve passar despercebido o percentual de 55% de homens entre os crioulos, número bastante parecido com o encontrado por Gabriel Aladrén, que, a partir da análise dos inventários das localidades de Rio Pardo, Cachoeira e Jaguarão, entre 1777 e 1810, verificou que cerca de 55% dos crioulos também eram de homens. De acordo com o autor, ajuda a explicar este maior número de

²¹ Entre os crioulos temos um *européu*, nascido em Lisboa. Trata-se do pardo Joaquim de 40 anos, pertencente ao senhor Miguel José de Larra, residente em Mostardas. Sabemos que a população negra e escrava em Lisboa era considerável, pelo menos até o fim do tráfico e escravidão no Portugal continental, em 1761. Dentre outros, ver: MARQUES, João Pedro. *Os Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999; MARQUES, João Pedro. *Portugal e a Escravatura dos Africanos*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004; PORTUGAL, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. *Os Negros em Portugal - Séculos XV-XIX*. Lisboa, Mosteiro dos Jerônimos, 1999; CALAINHO, Daniela Buono. *Metrópole das mandingas*. Religiosidade negra e inquisição portuguesa no Antigo Regime. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

²² ALADRÉN, op. cit., p. 65.

²³ Sem os seis que não tiveram a origem informada.



homens entre os crioulos a participação destes entre os traficados para a província. Entre 1788 e 1802, por volta de 12% dos cativos importados eram de nascidos no Brasil²⁴.

Tabela 6 – Procedência e naturalidade dos africanos

Procedência	Números absolutos	%	Naturalidade atribuída
Da África Central	763	96	Benguelas, Angola/Luanda, Congo, Rebolo, Cabunda, Monjolo, Songo, Songo-Cassange, Cassange, Camundongo, Embaca, Macumbe/Macunge, Massangano, São Thomé, Quissamã e Marambé.
Da África Ocidental	23	3	Mina e Cabo Verde
Da África Oriental	4	0,5	Moçambique
s/r	3	0,5	-
Total	792	100	-

Fonte: Série Justiça – Africanos, op. cit.

Temos 792 africanos na “Tabela 6” (de um total de 795), pois três nações não foram devidamente identificadas: Migiliango, Soqombe e Paquambe. Destacavam-se enormemente os africanos vindos da África Central, principalmente Benguelas (350), Angola/Luanda (225), Congo (72) e Rebolo (55), o que entre em acordo com a bibliografia – segundo Roquinaldo Ferreira, quase todos os cativos traficados para o Brasil nos últimos anos do século XVIII partiam de Luanda e Benguela²⁵. Representantes de culturas plurais, estes africanos deveriam se entender regularmente, já que falantes de línguas “da grande família banto”²⁶.

²⁴ ALADRÉN, op. cit., pp. 98-100.

²⁵ FERREIRA, Roquinaldo. *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola – 1830-1860*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 1995, pp. 6-11. (Dissertação de Mestrado)

²⁶ MILLER, Joseph C. África Central durante a Era do Comércio de Escravizados, de 1490 a 1850. In: HEYWOOD, Linda M. *Diáspora Negra no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2008, p. 49.



Por outro lado, da África Ocidental temos apenas 23 minas e dois de Cabo Verde. O contato europeu com as ilhas do arquipélago de Cabo Verde ocorreu primeiro em 1456 (com Diogo Gomes e Alvise Cadamosto) e depois em 1461 (com Diogo Gomes e António Noli), sendo consideradas desabitadas. O Tratado de Alcáçovas (1479) encerrou os atritos político-militares entre Portugal e Espanha: as Canárias viraram espanholas e Portugal ficou com os Açores, Madeira, reino de Fez (no Marrocos), Cabo Verde e “terras descobertas e por descobrir” da Guiné (ou seja, da África). Com o tempo, Portugal percebeu que o negócio mais lucrativo, na região, era o tráfico de escravos, e em 1523 a Casa da Mina e Tratos de Guiné instruiu seus agentes a comprarem menos marfim e mais negros e “para evitar os longos e letais transbordos nos portos europeus, a Coroa autoriza o embarque direto de escravos para as Antilhas a partir de Cabo verde e São Tomé”²⁷.

O domínio luso na Alta Guiné sempre pareceu aleatório e inconsistente. Baseado na experiência veneziana a Coroa Portuguesa tentou concentrar a administração em Cabo Verde (ou melhor, na cidade da Ribeira, na Ilha Santiago), que passou a agregar “o centro administrativo, missionário e militar da costa ocidental africana”²⁸. Assim, inserimos os cabo-verdianos entre os da África ocidental, mas o papel deste arquipélago como entreposto do tráfico transatlântico fazia com que as procedências dos africanos que por lá passavam rumo ao Novo Mundo fossem das mais diversas.

Quanto aos quatro cativos da África Oriental, o seu reduzido número só aponta a realidade do tráfico na região. Segundo Alencastro, só em 1756 Moçambique recebe a primeira tabela aduaneira portuguesa de cobrança de direitos de exportação sobre escravos e somente no início do século XIX intensifica-se a chegada de escravos moçambicanos ao Brasil²⁹.

²⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O Trato dos Viventes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVII. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 47.

²⁸ *Ibidem*, p. 55.

²⁹ *Ibidem*, p. 17.

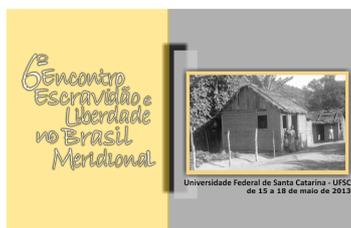


Tabela 7 – Naturalidade dos crioulos

Naturalidade	Números absolutos	%	Naturalidade atribuída
Da Capitania de São Pedro	591	73	Cachoeira, Rio Pardo, Viamão, Mostardas, Porto Alegre, Rio Grande, Triunfo, Conceição da Serra, Conceição do Arroio, Estreito, Vacaria, Taquari, Santo Amaro e Santo Antônio da Patrulha.
De outra Capitania	171	20	São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais.
s/r	56	7	-
Total	818 ³⁰	100	-

Fonte: Série Justiça – Africanos, op. cit.

A tabela acima dialoga com as demais e nos fortalece a impressão de existir na província sulina – mesmo nestes tempos de ocupação territorial e delimitação das precárias fronteiras, e apesar de um percentual significativo de crioulos presente no tráfico de cativos para a Capitania –, um bom índice de reprodução endógena. Dos 818 crioulos que temos listados nas três relações localizadas, 591 nasceram na própria Capitania sulina, ou seja, 36,5% dos 1.620 cativos matriculados não foram importados, sendo *crias* do território sul-rio-grandense. Mas uma porcentagem que não pode ser desprezada derivou do tráfico proveniente de outras Capitanias – 20, número superior ao encontrado por Gabriel Aladrén (lembrando, conforme o autor, entre 1788 e 1802, cerca de 12% dos cativos importados para a Capitania eram de nascidos no Brasil).

Passando para a estrutura de posse, é possível observar a partir da “Tabela 8” que a imensa maioria dos senhores detinha pequenos plantéis, isto é, até 9 escravos. Nada menos do que 84,5 dos proprietários estavam situados nesta faixa. No entanto, estes mesmos senhores possuíam 52,5% dos cativos. Na outra extremidade, os 3,5% de proprietários com 20 ou mais cativos detinham 19% dos escravos, mais de cinco vezes a sua representação entre os senhores. Por fim, os médios proprietários (entre 10 e 19 escravos) perfaziam 12% dos senhores, detendo 28,5% dos cativos.

³⁰ Não contabilizamos na “Tabela 7” Joaquim, o crioulo “europeu”, pertencente a Miguel José de Larra.

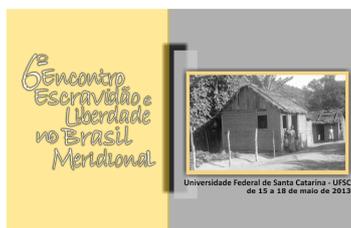


Tabela 8 - Estrutura de posse

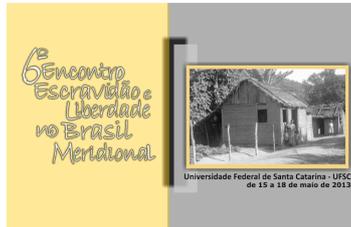
Plantéis	Número de senhores	%	Número de escravos	%
De 1 a 4 escravos	190	62,5	409	25
De 5 a 9 escravos	68	22	445	27,5
De 10 a 19 escravos	36	12	468	28,5
Com 20 escravos ou mais	11	3,5	309	19
Total	305	100	1.631	100

Fonte: Série Justiça – Africanos, op. cit.

Anteriormente mencionamos que poucos proprietários foram qualificados com alguma patente militar (somente 27, ou menos de 9% do total), porém, no geral, os maiores senhores de escravos eram militares. Dos 11 escravistas com 20 ou mais cativos, quatro deles receberam a distinção, antes de seu nome, de “Capitão” e outro de “Alferes”; assim, praticamente 50% dos maiores escravistas tinham alguma patente militar. Outros quatro não tiveram nenhuma qualidade indicada. Finalmente, duas mulheres estavam entre os maiores senhores, sendo uma descrita como “Viúva do Silvano”.

Contudo, como as listas são um retrato de dado momento (meados da década de 1780), não podemos perder de vista a diacronia no que diz respeito à vida daqueles sujeitos. Um exemplo. Em julho de 1794, o príncipe regente D. João confirmou o provimento, através de carta-patente, de José Carneiro Geraldês, morador da freguesia de Mostardas e um dos 4 senhores com mais de 20 cativos (26, a mais precisamente) sem distinção nas listas, no posto de “Capitão da 14ª Companhia do Distrito de Mostardas do Regimento de Cavalaria Auxiliar do Continente do Rio Grande de São Pedro”³¹. Portanto, é possível que um ou outro abastado senhor, sem um posto militar no momento em que as listas foram elaboradas, tivesse tido, ao longo de sua trajetória, alguma patente militar – uma característica, afinal, de muitos potentados da Capitania, situada em uma região de fronteira.

³¹ Arquivo Histórico Ultramarino - Rio Grande do Sul, caixa 5, doc. 29 AHU_CU_019, Cx. 3, D. 289. Projeto Resgate.



Considerações finais

As fontes aqui analisadas nos revelam pormenores das características dos escravos, bem como dos plantéis em que eles estavam inseridos na Capitania de São Pedro do Rio Grande no final do século XVIII. É bastante provável que estes mesmos documentos tenham sido produzidos para outras localidades (como Rio Pardo, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha, Viamão, Porto Alegre), ficando a cargo dos pesquisadores encontrá-los em arquivos do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro ou mesmo em Portugal.

Através da documentação por nós explorada, vimos que a posse de cativos estava bastante disseminada pelos diferentes estratos sociais, com as pequenas escravarias (até nove cativos) representando 84,5% do total de plantéis, apesar de concentrarem 52,5% dos escravos. Dentre os maiores senhores (com 20 ou mais cativos), a maioria tinha (ou chegou a ter em algum momento da vida) uma patente militar.

Por sua vez, a presença de africanos era muito significativa, atingindo quase 50% do total de escravos da Capitania. Seguindo a tendência do tráfico atlântico de escravos daquele momento, cerca de 95% dos africanos eram oriundos da África Central, com destaque para os descritos como “Benguela” e “Angola”. Por outro lado, entre os crioulos, quase 75% deles eram nascidos na Capitania de São Pedro, o que indica que uma importante reprodução natural estava acontecendo.

É curioso destacar que os menores plantéis (até 4 cativos) tinham o maior percentual de africanos (62,5%) e um grande percentual de homens (71,5%) – vide “Tabelas 13 e 14” no anexo. Já nas maiores escravarias, com 20 ou mais cativos, estas porcentagens se invertiam (37% e 67%, respectivamente), sendo as menores de toda amostra. Por óbvio, estas últimas tinham uma grande quantidade de crioulos (62,5%) e a maior de mulheres (34%) – novamente, “Tabelas 13 e 14”.

Encaminhando-nos para o final do texto, cumpre mencionar que talvez o maior potencial dos documentos aqui analisados seja o fato deles informarem o *nome*, tanto dos senhores quanto dos escravos, o que torna possível, através do cruzamento nominativo com outras fontes (como listas de moradores, registros eclesiásticos, documentação cartorial), e baseando-se nos preceitos da micro-história social italiana, apurar estruturas até então invisíveis ao historiador³². Assim, o presente estudo, pontapé inicial de um projeto de pesquisa mais amplo, fornece subsídios para que

³² GINZBURG, Carlo e PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo (org.). *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.



metodologias outras sejam aplicadas, descortinando com mais nitidez a sociedade escravista sul-riograndense das últimas décadas do século XVIII.

Bibliografia

- ALADRÉN, Gabriel. *Sem Respeitar Fé nem Tratados: Escravidão e guerra na formação histórica da Fronteira Sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, C. 1777 - C. 1835)*. Niterói, PPGH/ Universidade Federal Fluminense - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - Área de História, 2012. (Tese de Doutorado)
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- BERUTE, Gabriel S. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2006.
- CALAINHO, Daniela Buono. *Metrópole das mandingas. Religiosidade negra e inquisição portuguesa no Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul – Período Colonial*. 2ª edição, São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1979.
- COSTA, Iraci Del Nero da. Notas sobre o ciclo de vida e posse de escravos. *História: Questões e Debates*. Curitiba: APAH, 4: 121-127, jun., 1983.
- FERREIRA, Roquinaldo. *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola – 1830-1860*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 1995.
- FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João B. S. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Globo, 1963.
- FRAGOSO, João. Principais da Terra, Escravos e a República: o desenho da paisagem agrária do Rio de Janeiro Seiscentista. *Revista Ciência & Ambiente: história agrária e ambiental*, Santa Maria, v. 1, n. 1, jul.-dez., 2006, pp. 97-120.
- GINZBURG, Carlo e PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo (org.). *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2008.
- MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- MARCONDES, Renato Leite. *Diverso e Desigual: o Brasil escravista na década de 1870*. Ribeirão Preto: Funpec, 2010.



MARQUES, João Pedro. *Os Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: 1999.

MARQUES, João Pedro. *Portugal e a Escravatura dos Africanos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

MILLER, Joseph C. África Central durante a Era do Comércio de Escravizados, de 1490 a 1850. In: HEYWOOD, Linda M. *Díáspora Negra no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2008.

MIRANDA, Márcia Eckert. *Continente de São Pedro: Administração Pública no Período Colonial*. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do RS / Ministério Público do RS / CORAG, 2000. (Série História Administrativa do RGS)

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*.

OSÓRIO, Helen. Para além das charqueadas: estudo do padrão de posse de escravos no Rio Grande do Sul, segunda metade do século XVIII. *Anais do 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis: 2007.

PORTUGAL, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os Negros em Portugal - Séculos XV-XIX*. Lisboa, Mosteiro dos Jerônimos, 1999.

REIS, João José. *Domingos Sodré – um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.



Anexos

**Tabela 9 - Divisões internas de cada faixa de plantel
Plantéis de 1 a 4 escravos**

Plantéis	Quantidade de Senhores	Quantidade de Escravos
Com um escravo	75 [MODA]	75
Com dois	39	78
Com três	48	144
Com quatro	28	112
Total	190	409

Fonte: Série Justiça – Africanos, op. cit.

Tabela 10 - Plantéis de 5 a 9 escravos

Plantéis	Quantidade de Senhores	Quantidade de Escravos
Com cinco escravo	26	130
Com seis	9	54
Com sete	14	98
Com oito	8	64
Com nove	11	99
Total	68	445

Fonte: Série Justiça – Africanos, op. cit.



Tabela 11 - Plantéis com 10 a 19 escravos

Plantéis	Quantidade de Senhores	Quantidade de Escravos
Com dez escravos	7	70
Com onze	9	99
Com doze	2	24
Com treze	5	65
Com quatorze	2	28
Com quinze	3	45
Com dezesseis	3	48
Com dezessete	2	34
Com dezoito	2	36
Com dezenove	1	19
Total	36	468

Fonte: Série Justiça – Africanos, op. cit.

Tabela 12 - Plantéis com 20 ou mais escravos

Plantéis	Quantidade de Senhores	Quantidade de Escravos
Com 20 escravos	1	20
Com vinte e dois	1	22
Com vinte e três	1	23
Com vinte e seis	1	26
Com vinte e sete	1	27
Com vinte e oito	2	56
Com trinta e dois	2	64
Com trinta e quatro	1	34
Com trinta e sete	1	37
Total	11	309



Tabela 13 - Sexo dos escravos entre os diferentes tamanhos de plantéis

Plantéis	Homens	%	Mulheres	%	s/r	%	Total	%
De 1 a 4 escravos	265	65	144	35	-	-	409	100
De 5 a 9 escravos	286	64,5	159	35,5	-	-	445	100
De 10 a 19 escravos	296	63	171	36,5	1	0,5	468	100
Com 20 escravos ou mais	186	60	120	39	3	1	309	100
Total	1.033	-	594	-	4	-	-	-

Tabela 14 - Origem dos escravos entre os diferentes tamanhos de plantéis³³

Plantéis	Africanos	%	Crioulos	%	s/r	%	Total	%
De 1 a 4 escravos	256	62,5	153	37,5	-	-	409	100
De 5 a 9 escravos	209	47	231	52	5	1	445	100
De 10 a 19 escravos	220	47	248 ³⁴	52,5	-	-	468	100
Com 20 escravos ou mais	115	37	193	62,5	1	0,5	309	100
Total	800	-	825	-	6	-	1.631	-

Fonte: Série Justiça – Africanos, op. cit.

Tabela 15 - Sexo dos escravos africanos entre os diferentes tamanhos de plantéis

Plantéis	Homens	%	Mulher	%	s/r	%	Total	%
De 1 a 4 escravos	183	71,5	73	28,5	-	-	256	100
De 5 a 9 escravos	151	72,0	58	28,0	-	-	209	100
De 10 a 19 escravos	160	72,5	60	27,5	-	-	220	100
Com 20 escravos ou mais	75	65,0	39	34,0	1	1	115	100
Total	569	-	230	-	1	-	800	100

Fonte: Série Justiça – Africanos, op. cit.

³³ Novamente, aqui e na “Tabela 15”, a referência foram os senhores, isto é, os onze cativos repetidos aparecem nesta Tabela duas vezes.

³⁴ Acrescido de um cativo natural de Lisboa.